

## REALIDADE DA PESQUISA ELEITORAL.

Prof.Mauricio de Pinho Gama

Na nossa sociedade, são incontáveis os exemplos de ações voltadas para se conhecer os fatos sociais, e principalmente os dados relativos às tendências e pensamentos das populações. Este conhecimento fornece um poder imenso aos políticos muitas vezes balizando as suas ações eleitorais e aos governos o controle e o direcionamento de suas políticas.

Atualmente se mantém a mesma pratica, utilizando mecanismos mais modernos e sofisticados. Existem hoje, por exemplo, o IBGE no Brasil e o Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC na Argentina que confirmam isto. Todos esses Institutos utilizam mecanismos modernos de coleta de dados e fornecem grandes bases de informação, para orientação de suas sociedades e de seus governos.

Porém existem outras fontes de informação mais perigosas e sutis, com grande influência no controle da sociedade, são os conhecidos Institutos de pesquisas eleitorais, com características comerciais. Em decorrência são mais vulneráveis e movidas a dinheiro, vendendo seus resultados a quem possa paga-los, exercem, de maneira insidiosa, uma influência significativa nos resultados eleitorais e conseqüentemente no acesso ao poder.

Sem quase nenhum controle de seus métodos e processos, apregoam resultados eleitorais com grande desenvoltura e sem maiores compromissos com as metodologias apropriadas as pesquisa eleitorais. Absurdos metodológicos são muitas vezes utilizados, sem maiores compromissos com as modernas técnicas de pesquisa.

Têm por força de lei, que apresentar aos Tribunais Eleitorais seus planos de pesquisas. Este formalismo legal é atendido porem eivado de lacunas, inclusive com a omissão de muitos e importantes detalhes técnicos.

A falta de controle de seus trabalhos, e sem haver avaliação dos resultados alcançados, tornam quase impossível à mensuração da qualidade desses levantamentos e da validade do produto que vendem, a informação eleitoral.

O interessante é que quase nunca há confronto dos resultados previstos, por essas pesquisas, com a realidade das urnas. Quando existe esta comparação, só se mencionam os acertos, as coincidências, as dissonâncias entre previsões e resultados raramente são citadas. O professor Luis Carlos da Rocha elaborou um estudo mostrando a enormidade desta discrepância. Quantos acertos são observados? Quantas falhas são comentadas e discutidas? A divergência dos resultados apresentados, entre os próprios Institutos, é outro fator pouco explorado e comentado pela mídia.

A grande pergunta que se faz é: como poderá ser controlado este tipo de pesquisa, garantindo uma isenção nos seus resultados? A resposta

aparentemente simples apresenta grandes dificuldades técnicas, quase insuperáveis. A primeira delas é o tempo necessário a uma auditoria dos resultados, este intervalo de tempo, não é compatível com a dinâmica das campanhas eleitorais nem com o aspecto comercial das mesmas.

Outra questão importante, associada a um eventual controle, é a dificuldade prática em manipular, auditando em prazos razoáveis, o volume de dados coletados por estas numerosas pesquisas, em tempo hábil e com tantas formas distintas de coleta e armazenagem. Talvez uma possível solução seja uma amostra de resultados de pesquisa e, através dela, inferir a precisão desses levantamentos.

Nesta solução, que nos parece a mais adequada, existem problemas de ordem estatística e legais. Aqui com a palavra amostristas e juristas, verificando os diversos aspectos envolvendo esta solução. Uma alternativa, não mutuamente excludente com o controle amostral, seria proibir a divulgação dos resultados dos levantamentos em data próxima da eleição, este procedimento minimizaria a influência no eleitorado, porém tiraria grande parte do atrativo para a realização dessas pesquisas.

A influência da divulgação dos resultados destas pesquisas é facilmente constatada se, compararmos a série de previsões das pesquisas em véspera de eleição, com a dos resultados das urnas permitindo mensurar o grau de acerto dessas estimativas. Pode-se também comparar as previsões de um resultado com as previsões dos seguintes, verifica-se a existência de uma “ligação” entre elas, uma dependência que pode inclusive ser quantificada.

De qualquer forma o que se propõe é que seja estabelecida uma forma de controle mais eficaz, intensa e competente, além das poucas e ineficazes medidas já implantadas.

Talvez a boa vontade, a honestidade, e o poder dos Tribunais Eleitorais, forneçam a base necessária para implantação de controles mais adequados à minimização do “poder” do resultado das pesquisas eleitorais e a conseqüente influência nos resultados eleitorais.